

Quando o "censo" parte dos moradores: levantamentos socioeconômicos feitos na ocupação jardim da união

Carina Costa Correa, Bárbara Caetano Damasceno,
Heitor Seemann de Abreu, Gabriel Enrique Higo Mafra Cabral *

RESUMO: O artigo objetiva analisar descritivamente dois processos de levantamento socioeconômico realizados na Ocupação Jardim da União, localizada no Distrito de Grajaú, na zona sul de São Paulo. O primeiro deles se deu no contexto de uma iminente reintegração de posse, na qual o levantamento se fez necessário para coletar dados que contribuíssem para a defesa da permanência dos moradores no local, tendo sido demandado pela Defensoria Pública do estado de São Paulo. O segundo, realizado durante a pandemia de Covid-19, foi solicitado pela Associação de Moradores, tendo como finalidade a organização interna da ocupação para um futuro processo de regularização fundiária. Nestes termos, a análise das distintas experiências, focando na metodologia adotada para cada uma, permite explorar como o campo da assessoria técnica em habitação de interesse social se molda em diferentes contextos sociopolíticos e institucionais, de acordo com as particularidades e necessidades do território e de um determinado momento.

Palavras-chave: Assessoria Técnica em Habitação de Interesse Social, Ocupação Jardim da União, Levantamento Socioeconômico.

ABSTRACT: The article aims to analyze descriptively two socioeconomic survey processes carried out in Ocupação Jardim da União, located in the District of Grajaú, in the southern zone of São Paulo. The first of them took place in the context of an imminent repossession, in which the survey was necessary to collect data that would contribute to the defense of the permanence of the residents in the location, having been demanded by the Public Defender of the state of São Paulo. The second, carried out during the Covid-19 pandemic, was requested by the Residents' Association, with the purpose of organizing the occupation for a future land regularization process. In these terms, the analysis of the distinct experiences, focusing on the methodology adopted for each one, allows exploring how the field of technical advisory services in social interest housing is shaped in different sociopolitical and institutional contexts, according to the particularities and needs of the territory and of a given moment.

Keywords: Technical Advisory Services in Social Housing, Ocupação Jardim da União, Socioeconomic Survey.

1. Introdução

No decurso do primeiro semestre do ano de 2019, a assessoria técnica Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais, juntamente com alguns professores da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP) - vinculados ao Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos (LABHAB) -, organizaram o Curso de Prática Profissionalizante em Assessoria e Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (CPPATHIS), que também se configurou como um projeto de extensão universitária, voltado para arquitetos e urbanistas recém-formados de distintas unidades federativas do Brasil.

O Curso contemplou tanto atividades de formação teórica em assessoria técnica em habitação de interesse social, quanto atividades práticas que foram realizadas na Ocupação Jardim da União, localizada no extremo sul da cidade de São Paulo. O Jardim da União é uma ocupação urbana, situada no distrito do Grajaú, em um terreno de propriedade pública.

A despeito das aulas teóricas que foram divididas em três módulos, a parte prática “foi um processo construído coletivamente com (todos) os atores envolvidos” (DAMASCENO, *et al.*, 2019: 7), isto é, com todos os arquitetos participantes, professores, monitores, técnicos convidados e alguns moradores da própria ocupação. Conforme o desenrolar da aproximação entre os agentes externos e internos, foram se desenhando quais atividades práticas seriam desenvolvidas, a partir das próprias necessidades do território, bem como dos moradores. Segundo Massimetti, Haddad e Damasceno (2020), a primeira atividade desenvolvida em conjunto com os estudantes e moradores foi a realização do cadastramento socioeconômico das famílias residentes na ocupação do Jardim da União, cujo processo será objeto de análise mais apurada neste trabalho.

A viabilização do primeiro cadastramento se deu em um contexto em que essa Ocupação sofria uma ameaça de reintegração de posse por parte da CDHU, de maneira que, a realização do curso, bem como das atividades de levantamento socioeconômico iniciais, pretendiam fortalecer a luta dessas famílias, assim como contribuir com a mobilização existente na época em torno do tema da assessoria técnica (SANTO AMORE; HORIGOSHI; PEREIRA, 2019).

Durante 2021, o segundo ano da pandemia de Covid-19, um novo levantamento socioeconômico das famílias residentes na Ocupação Jardim da União se torna uma demanda da Associação de Moradores, que é passada a alguns dos arquitetos que participaram do curso e mantiveram contato com a ocupação. Isto ocorre pois, considerando a acelerada dinâmica socioespacial desses territórios, grande parcela dos dados levantados tornaram-se defasados, de tal modo que não poderiam contribuir com a nova etapa na qual a ocupação se encontra: a busca pela regularização fundiária.

Com um contexto geográfico, demográfico e de acesso à infraestrutura urbana diferente do primeiro levantamento, este segundo momento ocorre em um local muito mais consolidado, com dinâmicas internas e externas diferentes de dois anos atrás. Em suma, em contraste com uma reintegração iminente, onde a necessidade

do levantamento era a de mostrar a inviabilidade de efetivação da ordem judicial, haja vista que as famílias já estavam estabelecidas no local, dessa vez o foco maior é demográfico. Isto porque a Associação optou por, antes do início oficial das tratativas com o Poder Público, atualizar os dados socioeconômicos e demográficos das famílias residentes na ocupação.

Entretanto, diferentemente do primeiro levantamento, no qual as equipes de trabalho foram compostas por arquitetos e urbanistas recém-formados e com respaldo institucional, além do auxílio de professores e técnicos experientes no campo do assessoramento em habitação de interesse social, o segundo levantamento é viabilizado de forma autônoma em relação a toda a estrutura fornecida anteriormente pelo CPPATHIS. Ademais, conta com o agravante da crise sanitária causada pela pandemia de Covid-19.

Frente a isso, o presente trabalho tem por objetivo descrever criticamente esses dois processos de levantamento socioeconômico realizados na Ocupação Jardim da União, de modo que seja possível explorar as etapas e decisões de cada um deles e, também, distinguir como os diferentes contextos no qual eles foram feitos permitiram a realização de um levantamento capaz de se adequar às necessidades dessas famílias num determinado momento. Portanto, pretende-se abordar as particularidades desse processo, inicialmente em um contexto desfavorável de ameaça de reintegração de posse e, em seguida, em uma perspectiva de futura regularização fundiária (e pandemia), sendo que, em última análise, ambos vislumbravam a permanência dessas famílias.

2. Ocupações, despejo e remoções no contexto pandêmico

A partir da segunda metade do século XX, a pobreza urbana emerge como produto da realidade socioeconômica do país, na contramão dos avanços econômicos experimentados no período (MARICATO, 2004). A manutenção dessa pobreza se torna necessária frente ao modelo de desenvolvimento adotado, criando, portanto, um quadro paradoxal, visto que o avanço capitalista e suas formas de acumulação em um contexto de dependência - como é o caso brasileiro - criam condições socioeconômicas e espaciais desiguais.

Na contemporaneidade, a respeito da necessidade de sanar a urgência por moradia, as ocupações urbanas realizadas pelos movimentos sociais - sejam de terra ou edifícios vazios -, também são formados de denúncia contra as contradições cotidianas vivenciada pela classe trabalhadora mais pobre no tocante à falta de moradia, lançando luz sobre uma série de problemáticas no espaço urbano, ausência e violações de direitos, sobretudo por parte do Estado.

Em que pesem as particularidades de cada movimento social de luta por moradia, em geral suas ações são direcionadas para a efetivação do direito à moradia - garantido em Constituição -, a partir da organização e mobilização da classe trabalhadora na construção de um projeto mais democrático e equitativo de cidade, uma vez que a discussão da habitação não pode ser feita deslocada do território.

Somam esforços a esta luta as assessorias técnicas para habitação de interesse social, que são instituições privadas, sem fins lucrativos, compostas por equipes multidisciplinares, cujas ações em conjunto com os movimentos sociais se distribuem entre a construção de políticas públicas, formação e capacitação, construção de estratégias políticas e financeiras, dentre outras. Historicamente, isto ocorre pelo fato de que ambos compartilham de um mesmo horizonte de luta política, tendo como fim a redução das desigualdades socioespaciais e da precariedade urbana-habitacional, a partir de práticas coletivas e construção social de políticas públicas. A saber, este tipo de articulação entre movimento e assessoria se mantém até os dias de hoje, face à permanente insuficiência do Estado no endereçamento do problema social da habitação.

Na continuidade dos processos desiguais supracitados, a pandemia de Covid-19 de fato agravou as precariedades presentes em diversos âmbitos da vida da população brasileira. O aumento do desemprego e a diminuição da renda média da população, como mostra o IBGE (2021), incidem diretamente sobre as condições de moradia dos cidadãos brasileiros. Surgem novos loteamentos irregulares, favelas, cortiços e ocupações. Entre eles há em comum o risco causado pela ocupação de áreas que não fornecem infraestrutura e segurança necessárias para abrigar diversas famílias sem teto ou sem terra. Além destes, há também os riscos causados por transmissões e mortes geradas pela pandemia e que interferem nas questões de habitação, como mostram Santo Amore, Seemann e Leitão (2020)

Segundo a Secretaria Municipal de Habitação de São Paulo, entre o final de 2019 e a metade de 2021, cerca de 20 mil famílias passaram a viver em moradias precárias. Entre os meses de março de 2020 e setembro de 2021, o Observatório de Remoções da cidade de São Paulo, coordenado pelo LabCidade, contabilizou 56 processos de remoção efetuados na Região Metropolitana de São Paulo. Não estão contemplados nestes dados, por exemplo, os processos de remoção que têm acontecido no interior do estado, onde ocorre uma ofensiva violenta contra os movimentos de moradia e a população que vive em ocupações.

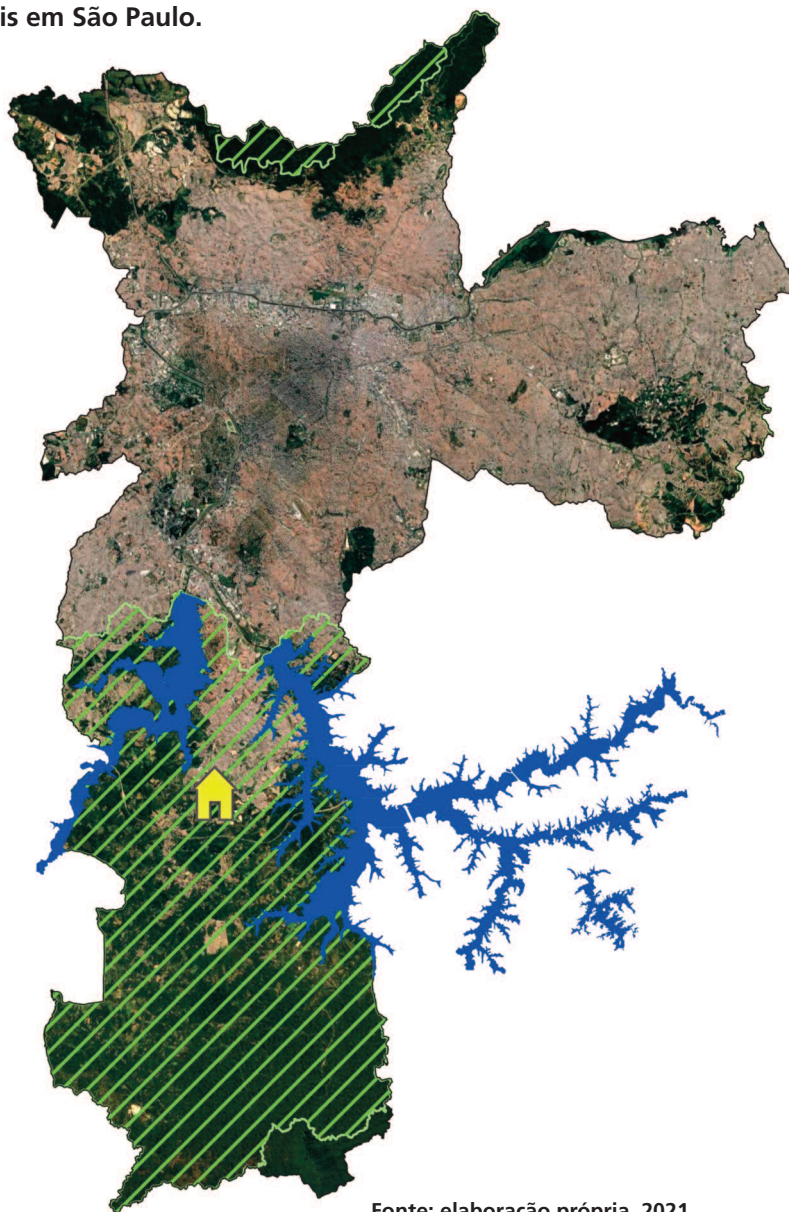
Grande parte desses processos de remoção ocorreu de maneira ilegal, já que desde o mês de junho deste ano, o Supremo Tribunal Federal (STF) instituiu uma liminar que suspende o despejo de populações vulneráveis até o mês de dezembro, ou seja, ainda em vigor. No âmbito estadual, o PL 146/2020, que tratava da suspensão de remoções forçadas foi aprovado pela assembleia legislativa, porém foi vetado pelo governador João Dória. Tais processos não resolvem o problema da habitação e, conjuntamente com o quadro econômico e social agravado, vão na contramão do problema que dizem solucionar, gerando mais precariedade e ocupação em locais com risco alto.

No período que compreende a pandemia até aqui, surgiram diversas ocupações urbanas, espontâneas ou não, em terrenos ou em prédios abandonados. Embora ainda não haja dados sistematizados sobre o tema, as observações empíricas assim nos mostram.

Apesar de ter se originado em contextos anteriores, a ocupação Jardim da União também sofreu - e sofre - com as questões relacionadas à pandemia. Localizada na

região do Grajaú, o assentamento conta com mais de 600 famílias e começou a ser ocupado em 2013. O terreno, cuja propriedade pertence à Companhia Estadual de Habitação (CDHU), situado em uma área classificada como Zona Especial de Interesse Social 4, possui uma área de aproximadamente 84.750 m² e encontra-se entre as represas Billings e Guarapiranga, em uma Área de Proteção aos Mananciais (APRM-Guarapiranga), conforme figuras 1 e 2.

Figura 1: Localização da Ocupação Jardim da União e Áreas de Proteção aos Mananciais em São Paulo.



Fonte: elaboração própria, 2021.

Figura 2: Imagem aérea da Ocupação Jd. da União, 2019



Fonte: Google Earth, 2021.

A Ocupação começa a ser constituída a partir da organização de moradores da periferia da zona sul em conjunto com a Rede Extremo Sul e, posteriormente, envolvendo o grupo Luta Popular, organizações de penetração importante na região. Desde então, houve diversas mudanças com relação ao processo de reintegração de posse do terreno, que foi aberto e suspenso por várias vezes. Paralelamente a isso, a ocupação foi se consolidando ao longo dos anos, recebendo um maior número de famílias, se adensando e assistindo cada vez mais a uma utilização de materiais que requerem mais investimentos financeiros e de trabalho nas construções, em contraste com a situação de moradias provisórias características do início da ocupação. Muito dessa consolidação se dá a partir da construção de um plano popular em parceria com a assessoria técnica Peabiru em 2017.

Em um contexto de acirramento das tensões em relação à questão fundiária, representado pela reabertura de um processo de reintegração de posse do terreno, ocorreu o já mencionado curso CPPATHIS, abrangendo trabalhos com frequência semanal na Ocupação junto da Associação e das demandas dos moradores do Jardim

da União. O Curso teve importante papel na suspensão do pedido de reintegração de posse, realizada ainda durante sua ocorrência, no primeiro semestre de 2019. Uma das atividades realizadas no Curso, e que teve importância central nessa disputa, foi o levantamento sociodemográfico, que contribuiu para um melhor conhecimento da ocupação por parte dos cursistas e da própria Associação de Moradores. Nos dois anos que se seguiram, os dados coletados com relação aos moradores do Jardim da União se tornaram defasados e a Associação, buscando retomar o conhecimento sobre a Ocupação, se mobilizou para a atualização dos mesmos no ano de 2021, processo no qual nos inserimos.

Dado o fato de o processo de reintegração de posse ainda estar suspenso quando da realização desta nova coleta, podemos pensar que se tratava de um período de maior tranquilidade em relação à disputa fundiária. Essa calma, entretanto, era apenas relativa e aparente, uma vez que, como mencionamos, execuções de remoções e ameaças de despejo se acirraram ao longo da pandemia de COVID-19.

Tendo isso em vista, buscamos pontuar o fato de que a coleta que descreveremos com mais detalhes posteriormente neste trabalho se insere como ferramenta de aprofundamento do conhecimento da ocupação por parte da Associação de Moradores, entidade representativa da organização das mais de 600 famílias que ali residem. Isso contribui com o preparo dos ocupantes para o processo de negociação com o órgão proprietário do terreno e se constitui assim como possível instrumento à favor da permanência dos moradores diante de um cenário onde o direito à moradia continua a ser relativizado, agravado pela grave crise sanitária que se estende até os dias de hoje. Na próxima seção, entretanto, descreveremos o primeiro processo de levantamento sociodemográfico realizado em 2019, uma vez que as balizas para a nova coleta de dados foram construídas neste momento.

3. Levantamento no contexto de reintegração de posse

Ao iniciar os trabalhos na ocupação, e em momento de definição de quais atividades seriam executados especificamente para essa ocupação, surge a demanda - por solicitação da Defensoria Pública do Estado de São Paulo (DPE-SP), que mantém diálogo com a Associação de Moradores do Jardim da União - de realização de um levantamento sociodemográfico do Jardim da União, de modo que esses dados possibilitariam corroborar com as demandas dos moradores no processo jurídico.

Nesse momento, a ocupação passava por um processo de reintegração de posse e a justificativa do poder público, favorável a remoção das famílias, se dava sobretudo com base no argumento ambiental: a ocupação se encontra numa área de manancial, entre as bacias dos lagos Billings e Guarapiranga e há legislações própria desses espaços que visa proibir a ocupação em torno dos mananciais em anos recentes. Por conta disso, a DPE-SP propôs o levantamento para mostrar que a maioria dos moradores da ocupação já residia anteriormente na região próxima aos lagos.

Somada a essa necessidade, a associação de moradores do Jardim da União achou importante conhecer melhor aspectos da própria ocupação que eles não sa-

biam. E aí foram pensadas questões referentes à titularidade de lotes, usos e ocupação no terreno. A ocupação já tinha um cadastro prévio, impresso, em que contava com dados dos moradores e a associação achou importante atualizar esses registros. Assim, foram abertos os registros para o grupo de arquitetos e aqueles foram também meios de consulta para estruturar questões referentes ao censo.

Outras demandas a serem colocadas no levantamento foram as perguntas referentes aos ambientes, materiais e técnicas construtivas utilizadas nas residências. Esses dados serviriam, aos arquitetos que estavam no curso, para compreender melhor a complexidade das questões que envolvem a ocupação, entendendo assim que tipo de intervenção seria mais adequada na continuidade do curso e para atualizar as informações necessárias sobre a ocupação, de forma a guiar os trabalhos subsequentes na área a partir das demandas específicas do local.

O primeiro questionário se estruturou a partir de um formulário base, enviado pela Defensoria Pública, que apresentava questões sobre composição familiar, relação com o local e levantamento da situação física da moradia. Esses eram os dados mínimos que deveriam ser entregues à DPE-SP, no âmbito da formulação de uma defesa embasada. A estes dados foram incorporadas as questões de titularidade do lote, como demandado pela associação e os pontos referentes às construções das moradias, referentes às demandas dos arquitetos.

O processo de reintegração de posse da ocupação, já em andamento na época, demandava que o levantamento demográfico da área fosse realizado com celeridade e optou-se, portanto, pelo uso de formulários eletrônicos que pudessem ser realizados de forma *offline* a partir do celular de cada integrante do curso. Ao final de cada turno esses dados seriam sincronizados, permitindo rápida reunião das coletas feitas de forma individual e que poderiam ser facilmente acessadas pelos integrantes do curso e associação de moradores. A partir das questões iniciais foi determinado que o formulário seria realizado em duas seções, sendo um questionário sobre as informações construtivas da residência e outro sobre as informações familiares, ambas com respostas padrão que permitiriam posterior compilação dos dados ao mesmo tempo que possíveis erros seriam minimizados.

No questionário sobre a residência, que era feito a partir dos lotes, constavam dados que permitissem sua localização, identificação de quantas famílias o coabitavam e dados sobre a construção e componentes das paredes, cobertura e etc. - além de eventual existência de comércio. Já o questionário das famílias apresentava as questões pessoais, trabalho, renda, escolaridade e informações sobre benefícios governamentais recebidos. Esses eram conectados com os dados da residência (coletados no primeiro questionário) através do número de lote, quadra e construção identificados no questionário sobre a residência, de forma que as informações poderiam ser sempre cruzadas e verificadas.

Para a aplicação do questionário os arquitetos foram divididos em nove equipes, compostas por trios que cobririam duas quadras cada, excetuando uma equipe que ficaria responsável apenas por uma quadra dada sua extensão. Um grupo ficaria na sede da Associação de Moradores e faria a parte de apoio da coleta, solucionando dúvidas e resolvendo questões com o aplicativo, além de fazer frequentes

sincronizações dos celulares individuais. Importa destacar que, uma vez que nenhum dos 30 arquitetos havia feito anteriormente algum tipo de levantamento de maneira eletrônica, era fundamental que um trio formado por pessoas mais habituadas à questões ordinárias inerentes à dispositivos eletrônicos estivesse à disposição caso necessário.

Com o levantamento feito em grupos era possível agilizar a aplicação dos questionários. A lógica de levantamento se deu a partir de três práticas diferentes, cada uma destinada a um dos integrantes do trio. Um dos arquitetos ficava responsável por arguir as questões referentes ao cadastro de famílias, outro preenchia as questões referentes ao cadastro de residências e o último ficava encarregado de fotografar a fachada das casas para futura identificação dentro do programa. Ao longo da aplicação dos questionários algumas ausências foram sentidas e compartilhadas, além de erros encontrados nas perguntas, o que trouxe a necessidade de revisão nas mesmas e também no modo de aplicação, de forma a se adaptar e melhor compor o quadro final que era esperado das respostas.

Um aspecto dessas revisões, por exemplo, foi lidar com a dificuldade do programa com relação às fotos de fachadas: houve fotos que sumiram, não carregaram e outras que por algum motivo não estavam disponíveis. Para além disso, em determinado momento alguns trios foram divididos em duplas e a pessoa encarregada de tirar as fotografias das fachadas pôde se juntar a outras pessoas e aumentar a produtividade dos levantamentos. Alguns dos grupos de arquitetos contavam com o apoio dos representantes de quadras no momento da aplicação dos questionários; isso fazia com que os moradores entrevistados se sentissem mais confortáveis em responder as perguntas pois entendiam que o grupo estava realizando a ação com a anuência da associação de moradores e que os dados seriam utilizados na sua luta pela permanência no território, e não por um grupo de estranhos.

Os questionários foram aplicados em dois dias, um sábado e um domingo no mesmo final de semana por toda a equipe do CPPATHIS. Em ambos os dias, os trabalhos iniciaram no meio do período da manhã e finalizaram no meio do período da tarde, aproximadamente. No geral, a receptividade dos moradores foi boa, tendo a maioria deles nos convidado entrar em suas casas e nos recebeu inclusive com algo para comer ou beber. Parte da equipe saiu novamente no final de semana seguinte para realizar o levantamento nas casas que não foram contempladas, por ausência dos moradores, no final de semana inicial.

Foi interessante termos contato com diversas histórias de vida que tangenciavam as informações obtidas no levantamento. Muitos moradores quando contavam sobre sua trajetória ou sobre a trajetória da ocupação, compartilhavam detalhes pessoais importantes para eles. Aqui há uma dimensão relacionada ao quanto esse tipo de levantamento foi também uma possibilidade de aproximar moradores que se encontravam de alguma forma afastados das discussões e atividades da ocupação, tendo nesse momento de compartilhar histórias uma possibilidade de aproximação. Aqui há, ainda sobre o ponto supracitado, uma perspectiva importante com relação a esse levantamento e a boa parte das atividades na ocupação: as atividades, como

um levantamento, não se restringiam aos resultados que delas eram obtidos, o processo foi fundamental e dele surgiram outras dimensões importantes.

Após o levantamento, os dados foram compilados e organizados em planilhas que foram entregues à associação de moradores e à Defensoria Pública, servindo posteriormente para a elaboração de um documento formulado pela DPE-SP para amparar a defesa dos moradores no processo de reintegração de posse do terreno. Também foram gerados gráficos para apresentar a situação do território para os moradores e, na sequência, com a coleta e análise dos dados foi possível sintetizar alguns dados principais obtidos, considerando que todo o território da ocupação foi contemplado e 94% das famílias residentes nessa área foram entrevistadas. As famílias restantes não estavam em casa nos dias de coleta dos dados ou não quiseram responder às perguntas.

4. Levantamento no contexto de pandemia

Em 2021, cerca de 2 anos após o término do CPPATHIS, o processo de levantamento socioeconômico e demográfico do assentamento viria a se desdobrar em uma nova etapa. Alguns dos participantes do curso ocorrido em 2019 mantiveram vínculos com moradores da Ocupação, fossem eles vínculos afetivos, fossem eles vínculos de pesquisa - uma vez que boa parte desses permaneceu ou ingressou em programas de pós-graduação, eventualmente tomando o assentamento como recorte de pesquisa. Em uma das interações que vinham ocorrendo, chegou ao nosso conhecimento a necessidade de atualização do levantamento sobre as características dos moradores e das casas da ocupação, por parte da associação de moradores.

Pelo tempo passado desde o levantamento inicial e pelas dinâmicas socioespaciais da ocupação, que mudam de maneira acelerada, os dados de 2019 se tornaram defasados por conta de uma série de processos. Assim, houve um aumento do número de moradores menos vinculados à luta que já vinha ocorrendo desde o início da ocupação.

O Jardim da União também vinha passando por uma nova etapa em sua história, que consistia na chegada de serviços urbanos e implantação de infraestruturas oficiais como água, esgoto e eletricidade. Assim, cada vez mais consolidada, também crescia a preocupação da Associação com a viabilização da regularização fundiária da área, que ainda não se iniciou, mas que espera-se que ocorra em um momento não muito distante. Os dados atualizados sobre as condições de moradia e de seus ocupantes se faziam essenciais, então, para fortalecer esse processo.

Foi assim que, numa visita de campo, as lideranças da ocupação trataram sobre a necessidade que tinham de um novo levantamento socioeconômico, inquirindo ajuda para a realização do mesmo. Após a chegada dessa informação para o grupo que, naquele momento, encontrava-se em fase de estabelecimento enquanto uma assessoria técnica - Tabuá Atuação e Formação no Território -, decidimos seguir em frente e contribuir com a associação para efetuar o levantamento. É necessário des-

tacar que este trabalho envolveu, para além dos integrantes da Tabuá, outros ex-participantes do CPPATHIS.

Inicialmente, os moradores organizados já estavam no processo de preparação de um formulário na plataforma Google Forms para balizar o levantamento. Paralelamente, o primeiro ponto levantado entre nós, na condição de assessores, foi como seria feito o levantamento, com qual método, em qual aplicativo ou de que maneira. Ficou decidido por se realizar o levantamento no aplicativo Memento, que foi o mesmo usado em 2019, ao invés de se utilizar o Google Forms.

A decisão teve como base o fato de que o aplicativo já era conhecido por nós e que havia colegas que já o dominavam para construir um questionário, permitindo o seu uso para o reaproveitamento rápido dos modelos básicos de questionários utilizados em 2019. Para além disso, esse aplicativo também dispunha de ferramentas capazes de lidar de maneira simplificada com questões mais complexas, como por exemplo questões condicionais. Apesar da capacidade de produção de questionários elaborados, é importante ressaltar que o software apresenta interface clara e de uso relativamente fácil em comparação a *softwares* similares, tanto para quem elabora os questionários (chamados de “bibliotecas”) quanto para aqueles que os aplicam com o uso de um *smartphone*. Estudou-se o *software* durante alguns dias e após compreender como funcionava o estabelecimento de um questionário e um banco de dados, foi feita uma reunião com a associação de moradores para definir, com base nos questionários do primeiro cadastramento, quais seriam as questões do novo levantamento.

Nesse momento achamos interessante diminuir um pouco o tamanho dos questionários e tirar algumas questões, sobretudo referente ao processo de disputa judicial em que eles se encontravam em 2019, mas também pensando na própria prática do levantamento de dados, uma vez que nesse segundo processo não contávamos com tantas mãos como no primeiro. Desse encontro também saiu a necessidade de adicionar novas questões referentes à raça, religião, influência da pandemia de Covid-19 na vida dos moradores e demandas da associação. Para além dessas questões, foi adicionada uma pergunta relativa à forma como o entrevistado chegou ao lote onde morava na ocupação, ou seja, se foi no processo junto à associação de moradores ou por meio de aquisição comercial.

Com o avanço na luta empreendida pelos moradores e o reconhecimento desta pelos órgãos institucionais, os serviços de coleta de esgoto e abastecimento de energia elétrica chegaram ao Jardim da União, a partir de 2020 principalmente, foi necessário mudar a forma de identificação das residências e famílias nos questionários. Em 2019, uma residência na ocupação era identificada no espaço a partir dos números de sua quadra e de seu lote. Entretanto, para regularizar a identificação, a Enel disponibilizou placas com os nomes das ruas e os números das residências. Os nomes usados foram reivindicados pela ocupação e são referentes a ícones de luta e palavras que evocam a disputa sociopolítica do território, como Marielle Franco e Guerreiros do Itajaí. Com base nisso, o censo de 2021 incorporou esse reconhecimento, com o nome das ruas e o número das casas como base de identificação de residências e famílias nos questionários.

Os questionários se estruturaram na mesma lógica que o levantamento de dois anos atrás. Dividimos as entradas de dados novamente em dois questionários separados mas vinculados: Família e Residência. O primeiro contém questões segundo as seguintes subdivisões: **Identificação**: informações sobre o número da casa e do lote; **Dados pessoais**: relação da família com a associação de moradores, local de nascimento, gênero e raça; **Trabalho e Renda**: atividade profissional e os deslocamentos até o local de trabalho; **Trabalho e Saúde na Pandemia da Covid-19**: impactos da pandemia no trabalho e na renda, além de perguntar quem teve a doença ou tomou a vacina; **Escolaridade**: nível educacional dos moradores; e **Informações complementares**: religião e quais atividades os moradores participam ou têm interesse em participar na ocupação.

No questionário referente às residências, as subdivisões foram: **Endereço**: uso do lote ou se ele se encontra vazio; **Dados Gerais da Família**: número de famílias presentes na residência, e a quanto tempo vivem na ocupação e na região; **Pandemia de Covid-19**: número de pessoas na residência que tiveram ou não a doença; **Benefícios Assistenciais e Serviços Públicos de Saúde**: benefícios recebidos pela família; e **Dados da Construção**: número de cômodos, do material das residências e da relação de aquisição do lote.

Após a estruturação dos questionários iniciais, construímos um debate interno sobre qual seria nosso papel enquanto assessores técnicos ao longo de todo o processo. Seríamos apenas coordenadores do levantamento socioeconômico ou agentes externos que estariam em campo atuando diretamente? Esse foi um ponto muito discutido durante o processo de preparação do novo cadastramento. Em princípio entendemos que a demanda da Associação de Moradores era para que estruturássemos um questionário e coordenássemos sua execução, porém, com a pouca experiência dos moradores em um levantamento como esse, decidiu-se, no fim, que o mesmo seria realizado conjuntamente (assessores, associação e moradores).

Com os questionários em mãos, um dia de coleta piloto foi realizado em meados de maio de 2021, com a aplicação dos questionários sendo realizada pelos próprios moradores, alguns arquitetos que participaram do CPPATHIS, e também integrantes da assessoria que começava a se estruturar, a Tabuá (Figura 3). A ida a campo neste dia para testar os questionários foi fundamental, pois forneceu pontos importantes de reflexão que não foram endereçados no breve planejamento que foi feito entre o contato com a demanda e o piloto. Uma dessas questões centrais foi a percepção de que, diferentemente do ocorrido no CPPATHIS, os aplicadores de questionários agora não eram apenas estudantes, pesquisadores ou profissionais de Arquitetura e Urbanismo, mas sim uma composição mista entre pesquisadores e profissionais recém formados desse campo e moradores do Jardim da União com as mais diversas ocupações. Percebeu-se que muitas questões faziam uso de jargões que se por um lado poderiam parecer comuns para o primeiro grupo mencionado, não necessariamente o eram para o último grupo. Uma certa impaciência tanto de aplicadores quanto de entrevistados podia ser percebida quando aqueles se deparavam com situações de dúvida e ambiguidade na coleta, o que foi discutido entre os

assessores na semana que se seguiu. Era preciso revisar e reformular algumas perguntas, tornando-as mais claras e menos passíveis de interpretações ambíguas.

Figura 3: Coleta-piloto na Ocupação Jardim da União.



Fonte: Acervo Tabuá, 2021

Feita a revisão desses pontos problemáticos, teve início a aplicação dos questionários oficiais, que deveriam, a partir de então, permanecer sem novas adições, para manter a coerência das coletas, bem como facilitar a compatibilização dos dados. Nos organizamos de modo a ir para a Ocupação coordenar e participar da aplicação dos questionários uma vez por semana, sempre aos domingos, dia escolhido por ser aquele que provavelmente haveria mais moradores por residência. No total, foram seis domingos consecutivos de trabalhos, sendo que a aplicação dos questionários abarcou aproximadamente 450 moradias e cerca de 1.300 moradores.

Aqui, acreditamos ser mais importante realizar uma descrição panorâmica dos dias de coleta, destacando os pontos comuns a todos os dias, bem como os pontos de inflexão no procedimento do levantamento. De um modo geral, as coletas foram organizadas de maneira a serem realizadas principalmente no período da manhã, começando por volta de 9h, até o início da tarde, quando os moradores iam almoçar e os assessores também regressavam para suas casas. O ponto de encontro com os moradores que voluntariamente ajudariam na coleta no dia em questão, era a frente da casa

de uma das lideranças da associação, sendo utilizada a rede *wi-fi* da residência para o *download* do aplicativo e das bibliotecas do Memento nos celulares de todos. Um grupo de WhatsApp foi criado para encaminhar de forma centralizada os arquivos para todos os voluntários, bem como para esclarecer eventuais dúvidas durante a coleta.

É importante ainda ressaltar que, diante do contexto da pandemia, os procedimentos de entrevista foram bastante discutidos entre os assessores e a Associação de Moradores no período de preparação, e isso se refletiu na forma com que as coletas foram realizadas. Primeiramente, definimos que seria importante que todos os envolvidos na aplicação dos questionários - moradores ou assessores - utilizassem equipamentos de proteção adequados, dentre os quais o mais importante era a máscara modelo PFF-2, mais segura do que as máscaras convencionais de pano. Também se recomendou a utilização de protetores faciais de acrílico, conhecidos como *face shield*. Mesmo que nem todos quisessem utilizar esses equipamentos, acreditamos ser importante que tivessem pelo menos a opção de usar, fato este que motivou a compra de algumas máscaras e protetores faciais sobressalentes mediante uma coletiva entre os assessores no início do período de coleta, e que ficaram armazenados com a Associação de Moradores. Para além dos equipamentos de proteção dos aplicadores de questionário, também foi feita a recomendação para que os entrevistados estivessem utilizando máscaras durante a aplicação, que foi anunciada pela associação em grupo de WhatsApp utilizado para fins de organização e comunicação com os moradores.

Outra diretriz importante era a garantia do distanciamento mínimo e condições de ventilação durante as entrevistas. Assim, determinou-se que, ao invés de se realizar a entrevista dentro da casa dos moradores, como havia sido feito em grande parte das moradias em 2019, agora as coletas deveriam ser realizadas na entrada das residências, isto é, em frente à casa dos entrevistados em questão, de modo a garantir o distanciamento social e evitar um possível contágio da Covid-19. Entretanto, na prática, nem todas as residências levantadas seguiram esse padrão. Alguns moradores não saíram à rua e, além disso, o sol forte nos horários próximos ao meio-dia, fez com que ficasse desconfortável passar alguns minutos em exposição fazendo a coleta.

Um ponto de inflexão importante no processo do levantamento foi uma mudança na estratégia de coleta. Nos dois primeiros dias (30/05 e 06/06), a coleta estava sendo feita de porta em porta, sendo que no primeiro não havia uma ordenação muito clara (os aplicadores se distribuíram por ruas), e, no segundo, já havia uma divisão mais rígida (delimitação de quadras e atribuição de duplas para cada uma de suas faces). O levantamento deveria ser feito com certa celeridade por diversas necessidades, que iam desde a da própria Associação em ter os dados em mãos rapidamente, até a de diminuição dos dias de atividade presencial durante um período onde a vacinação contra a COVID-19 ainda se encontrava em ritmo lento. No entanto, apenas cerca de 50 residências e seus moradores foram levantadas em cada um dos dias, diante das mais de 600 estimadas.

Assim, os três dias de coleta que se seguiram (13/06, 20/06 e 27/06) tiveram uma tática distinta: os aplicadores de questionários ficaram em um ponto fixo na

ocupação, preferencialmente em áreas sombreadas (ainda que abertas), enquanto os moradores se dirigiam até o local para que a coleta fosse feita (Figuras 4 e 5). A mudança foi muito importante, pois muito tempo era perdido com o deslocamento entre os locais de aplicação, para além do fato de ser mais cansativo para os aplicadores após algumas horas sob sol a pino, como já pontuado. A diferença foi nítida: uma média de mais de 100 casas e seus respectivos moradores foram entrevistados por dia. A saber, em relação ao método utilizado anteriormente nos dois primeiros dias de levantamento (porta a porta), foi possível alcançar mais do que o dobro de residências.

Figura 4: Levantamento em ponto fixo, em uma das áreas comunitárias.



Fonte: Acervo Tabuá, 2021.

Um último dia de coleta foi realizado no dia 04 de julho, porém houve pouca adesão de voluntários para o cadastramento e também de moradores para responder aos questionários. Assim, esse dia foi utilizado para tentar compreender alguns dados que ainda não eram claros para nós. Um deles é a quantidade de residências por quadra. Esse desconhecimento acontece pois o mapeamento das residências ao qual tínhamos acesso não estava atualizado e, de 2019 até o presente, diversos lotes e casas sofreram alterações. Sabíamos que, por conta da instalação e regularização do serviço de energia elétrica, a Enel havia feito um mapeamento georreferenciado, porém não conseguimos acessá-lo. Frente a isso, precisávamos fazer um mapea-

Figura 5: Levantamento em ponto fixo, realizado em uma das ruas da Ocupação.



Fonte: Acervo Tabuá, 2021.

mento não-oficial no próprio campo, ação importante para o tratamento e revisão das informações coletadas até então e que também servirá para uma segunda etapa do levantamento socioeconômico, haja vista que será necessária uma nova etapa, uma vez que um número significativo de residências não foi levantada.

5. Considerações e reflexões preliminares

O presente artigo apresenta resultados preliminares de análise descritiva de dois processos de levantamento na Ocupação Jardim da União. Conquanto ainda não se tenha como extrair análises conclusivas, visto que um desses processos ainda se encontra em curso e não há distanciamento crítico suficiente, a pesquisa permite realizar algumas reflexões preliminares a respeito das particularidades dos processos de cada uma delas, e também extrair críticas para futuros trabalhos nesta mesma linha de atuação.

Fica evidente como os dois processos de levantamento socioeconômico e demográfico descritos nas seções anteriores permitem explorar diferentes aspectos do campo de atuação em assessoria técnica para habitação de interesse social, assim

como compreender como distintos contextos moldam, e se refletem nos próprios processos, dificuldades e resultados alcançados nessas experiências. Em ambos os casos, importa destacar como os trabalhos conduzidos de forma conjunta entre os assessores técnicos, a Associação e os moradores, foram importantes para se moldar às necessidades da Ocupação Jardim da União num dado momento, de maneira que o levantamento pudesse responder a uma determinada finalidade temporal.

No caso do Jardim da União, o fio condutor para a viabilização dos dois trabalhos foi a permanência no local, seja ela em um contexto de iminente reintegração de posse, bem como de uma preparação para uma futura regularização fundiária. Além disso, acrescenta-se a este último o agravante da pandemia de Covid-19, que imprimiu novos desafios ao trabalho.

Confrontando os dois levantamentos, percebe-se uma grande diferença entre eles. Em 2019, 545 lotes foram levantados em apenas dois dias, com a participação de aproximadamente 35 aplicadores. Em compensação, no levantamento de 2021 foram levantadas 446 residências em 6 dias, com uma participação média de aproximadamente 8 aplicadores por dia. Uma das principais razões para essa discrepância foi o fato de que, no primeiro momento, houve um suporte institucional, que estava presente desde o processo de formulação do questionário e das reflexões em torno da coleta na prática até o custeamento de meios de transporte para o deslocamento dos assessores até a ocupação. Já no segundo esse suporte não se encontrava presente, dificultando a operacionalização do trabalho em conjunto com os moradores.

Para além da falta de suporte institucional nesse segundo momento, a pandemia foi um grande impeditivo para que o processo de levantamento fluísse de maneira mais rápida e houvesse mais adesão de voluntários para o levantamento. É interessante ressaltar que um dos motivos para que os dias de levantamento fossem restritos a meio período foi o fato de as pessoas não se sentirem confortáveis, em geral, para almoçar em campo, pois isso implicaria na retirada de máscaras em situação de proximidade e em locais não ventilados.

Neste cenário, é importante ressaltar, ainda, o agravamento da pandemia de Covid-19, que impôs novos desafios ao processo de coleta de dados, visto que era necessário seguirmos as especificidades de proteção sanitária para realizar os levantamentos com maior segurança. Esse fator ainda é uma questão importante também para a própria continuidade dos levantamentos, que, de acordo com o planejamento que vem sendo realizado junto à Associação de Moradores, se dará ao longo dos próximos meses.

Cabe destacar a insegurança que o grupo sentiu ao realizar o levantamento sem o aporte institucional. Com as primeiras conversas, fizemos algumas reuniões para pensar e definir de que forma o levantamento seria feito e como o questionário se estruturaria. No entanto, só compreendemos de fato os aspectos que precisavam ser revistos e melhorados, quando fomos a campo, sobretudo no dia do levantamento piloto, pois foi justamente naquele momento que pudemos visualizar alguns problemas antes ocultos em teoria, como por exemplo, a relação e a forma de condução

que os moradores voluntários tinham com a coleta de dados, e como eles compreendiam o próprio processo.

Outro ponto diz respeito à realização de um levantamento feito de forma conjunta por moradores e assessores: há comportamentos que diferem de quem responde ao questionário quando ele é aplicado por alguém que mora na ocupação ou alguém que vem de fora dela. Além disso, o grupo de assessores se relacionava com a coleta de dados de uma maneira diferente da dos moradores da ocupação que se voluntariaram para efetuar os levantamentos, ao menos no início. Isso porque os assessores, estavam de forma perene no processo e, por formularem e já terem participado de um processo desse gênero, entendiam a finalidade desses dados e a importância de uma coleta rigorosa para confluir com os objetivos da ocupação. Em suma, essas distintas percepções fizeram com que houvesse alguns choques de comunicação e compreensão acerca de como lidar com as próprias perguntas e respostas.

Portanto, embora realizados em contextos distintos, ambos os “Censos” - que aqui optamos por chamar de levantamentos socioeconômicos por não possuírem um caráter oficial - carregam diferenças e semelhanças entre si. O ponto central a se destacar de semelhança entre eles é o fato de que a demanda para a realização deles parte fora da esfera do Estado, mas como ferramenta de luta contra uma ameaça de reintegração de posse e em um outro momento como uma forma de preparação interna para as tratativas de uma regularização fundiária. Ou seja, em ambos os casos os levantamentos foram realizados com os moradores que, em contato com assessores, se apropriaram dessa ferramenta para suprir as suas necessidades de luta num dado momento. A despeito disso, é forçoso pontuar que o contexto institucional, técnico e econômico dos envolvidos que os viabilizou são completamente diferentes, de modo que as dificuldades e resultados alcançados também serão.

Recibido el 6 de agosto de 2021. Aceptado el 19 de noviembre de 2021.

* Carina Costa Correa. Mestranda na área de Habitat em Arquitetura e Urbanismo na Universidade de São Paulo (2021 -). Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pelo Centro Universitário Nossa Senhora do Patrocínio (2017). Especialização em Gestão de Projetos Sociais com Famílias e em Alfabetização e Letramento. Atualmente também é conselheira titular no Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo: carina.correa@usp.br

* Bárbara Caetano Damasceno: Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGARQ) da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (FAAC) pela Universidade Estadual Paulista - UNESP/Bauru. Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo da Universidade Metodista de Piracicaba (FEAU-UNIMEP): bc.damasceno@unesp.br

* Heitor Seemann de Abreu. Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC (2018). Mestrando no Programa Ha-

* Gabriel Enrique Higo Mafrá Cabral. Mestrando em Arquitetura e Urbanismo no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, na área de concentração "Habitat" (ingresso em 2019). Arquiteto e urbanista graduado pela mesma instituição (2017): gabriel.enrique.cabral@usp.br

Notas

¹ Em 2019, eram 530 famílias. O número apresentado neste texto é colocado de forma imprecisa justamente pela incerteza sobre o mesmo atualmente, fato que foi uma das motivações para a realização do levantamento aqui relatado.

² De acordo com a Lei Municipal nº 13.885, de 2004, que trata sobre os Planos Diretores Regionais e Zoneamento de São Paulo, as ZEIS 4 são glebas ou terrenos em áreas de proteção aos mananciais dotados de infraestrutura urbana, nos quais se permite a produção de habitações de interesse social, exclusivamente à população transferida de áreas de risco e das margens das represas.

³ Antes de iniciar esse capítulo, é importante pontuar que a construção de narrativa feita aqui diz respeito a um evento que ocorreu há dois anos e contou com mais de 30 participantes. Aqui há a fala de quatro arquitetos que participaram daquele momento e portanto, apesar das conversas laterais que realizamos para escrever este artigo, pode existir questões importantes que não estão contempladas aqui. Isto se dá, também, porque, apesar da farta documentação e registro feitos durante o curso, a distância temporal do momento do levantamento faz com que alguns aspectos passem despercebidos.

⁴ A ocupação encarregava um morador de cada quadra para ser o representante de quadra. Essa pessoa era responsável por organizar algumas demandas e por cobrar os

moradores sobre demandas da associação de moradores.

⁵ Questões condicionais se tratam de perguntas que podem ou não surgir na entrevista a depender de qual resposta o entrevistado forneceu à questão anterior.

⁶ Empresa concessionária responsável pela distribuição de energia elétrica no estado de São Paulo.

⁷ Houve uma discussão sobre a inclusão de alternativas de diversas identidades de gênero: desejava-se que o questionário fosse o mais inclusivo possível, mas pensou-se que, dado o fato de os moradores serem também aplicadores, sem a possibilidade de um treinamento mais aprofundado antes da coleta, seria importante tornar a pergunta simples e evitar possíveis situações de exposição. Assim, a solução encontrada foi adicionar um campo "outros" para além dos campos "feminino" e "masculino", principalmente para abarcar a identidade não binária.

⁸ Na medida que a vacinação foi avançando e abrangendo mais gente, achamos pertinente adicionar uma questão sobre o avanço da imunização.

⁹ Como exemplo, pode-se citar a utilização do termo "logradouro", ou então da noção de "coabitação".

¹⁰ Os pontos fixos mudaram em cada dia de coleta. Isso se deu para contemplar maior quantidade de áreas da ocupação.

Referencias bibliográficas

Damasceno, B.C., Silva, C.A., Massimetti, F.T., Tamanaka, N.M.B. (2019). Produção popular do espaço como forma de resistência - um relato a partir do olhar da assessoria técnica. *Revista Interdisciplinar*. Belo Horizonte: EA-UFGM, v. 5, n. 1, jul. 2019. 245-263.

Maricato, E. (2004). *Habitação e cidade*. Editora Atual.

Massimetti, F.T., Haddad, A.M., Damasceno, B.C., (2020). *A dimensão pedagógica, social e política da extensão universitária na formação do arquiteto e urbanista*. In: XI ENANPARQ - Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2020, Brasília. Anais Eletrônicos.

Santo Amore, C., Horigoshi, M.R., Pereira, R.B. (2019). De afeto e de escola: formação em assessoria e assistência técnica. In: Ferreira, L.; Oliveira, P.; Iacovini, V. (Orgs). *Dimensões do Intervir em Favelas: desafios e perspectivas*. São Paulo: Peabiru TCA

e Coletivo LabLaje.

_____; Seemann, H.; Leitão, K.O., (2020). Saúde pública e moradia popular: Áreas de contato entre campos do conhecimento e ação. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflitos e Controle Social*, v. X, 1-19.

Valladares, L. (1991). Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil. In: Boschi, R.R. *Corporativismo e desigualdade: a construção do espaço público no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Rio Fundo; IUPERJ.

Fontes da imprensa

Lara, W.; Gomes, P. Pandemia empurrou cerca de 20 mil famílias para habitações precárias e cidade de SP ganhou 24 novas favelas, diz secretaria. G1, [S. l.], n.p., 24 jun. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/06/24/pandemia-empurrou-cerca-de-55-mil-familias-para-habitacoes-precarias-e-cidade-de-sp-ganhou-150-novas-favelas-diz-secretaria.ghtml>>. Acesso em: 23 nov. 2021.